

MERCADOS EM CRISE: Ainda não está decidido como mecanismo de ajuda iria atuar

Governo admite que ajuda externa só virá após acordo formal com o Fundo

Déficit público é a principal fonte de desconfiança dos investidores estrangeiros

Odair Figueiredo

• BRASÍLIA. O esquema de apoio financeiro aos países latino-americanos que está sendo montado pelo G-7 (grupo das sete nações mais industrializadas do mundo) e por organismos internacionais poderá levar o Brasil a assinar um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com metas de política econômica e monitoramento das contas nacionais por técnicos da instituição. No entanto, o acordo será necessário apenas se o país vier a utilizar efetivamente esses recursos, segundo informou ao GLOBO uma importante fonte da área econômica. O Governo, na realidade, espera que o simples anúncio de que os recursos estarão disponíveis possa evitar o agravamento da crise no Brasil e na América Latina, preservando, desse modo, as reservas do país e tornando desnecessário o acordo com o Fundo.

— Seria irreal, nesse momento, esperar que o Brasil fosse dispensado de assinar um acordo com o FMI nos moldes tradicionais, caso venha a sacar os recursos. O FMI não tem esse produto a oferecer aos países — disse a fonte, referindo-se aos critérios rígidos que condicionam os empréstimos do organismo às nações com problemas de liquidez.

E acrescentou:

— Mas achamos que esse acordo, se for necessário, poderá ser feito com base num programa elaborado pelo próprio Governo brasileiro.

O Governo vem mantendo entendimentos freqüentes com as autoridades financeiras internacionais sobre a montagem do mecanismo de apoio financeiro, mas muitos dos pontos desse mecanismo não estão definidos e há uma razoável dose de incerteza sobre como será o seu funcionamento, na prática. A estratégia que o Governo está seguindo prevê três fases. A primeira, considerada essencial, é a apresentação, pelo Brasil, de um programa sério de ajuste fiscal indicando que o déficit público vai ser realmente reduzido. O Governo imagina que esse programa pode, inclusive, ser a base do eventual futuro acordo com o FMI.

Programa tem metas para redução do déficit em 2001

O déficit, que atingiu 7,3% do PIB no fim de junho, é o principal motivo de desconfiança dos investidores internacionais na economia brasileira, pois lança dúvidas sobre a capacidade do Governo de honrar o pagamento da dívida interna, rolada diariamente no mercado financeiro, onde circulava grande parte do capital externo de curto prazo que deixou o país nas últimas semanas.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, já anunciou que encaminhará ao Congresso, em novembro, um programa com metas de redução do déficit para os próximos três anos. O objetivo anunciado em caráter preliminar é o de reduzir o déficit para algo entre 3% e 3,5% do PIB no ano 2001. Muitos investidores do mercado financeiro acreditam que o Governo não pode esperar um prazo tão longo para apresentar o programa de ajuste fiscal, se a crise continuar se agravando. Segundo uma fonte da área econômica, não é possível prever qual será a reação do mercado, mas a equipe econômica já começou a adotar as medidas fiscais necessárias para a redução do déficit, como os cortes anunciados na semana passada.

Em princípio, o Governo não descarta nenhuma providência que possa melhorar as contas públicas. Na sexta-feira, uma agência internacional de notícias divulgou uma entrevista do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, na qual ele teria admitido que poderá haver novo aumento de impostos. Ao GLOBO, Parente explicou que suas declarações foram tomadas fora de contexto. Segundo ele, a prioridade do Governo no ajuste fiscal é o corte de gastos. No entanto, como o programa é de longo prazo, não é possível descar-

tar totalmente qualquer alternativa, inclusive o aumento de impostos.

— Existem três áreas possíveis para resolver a questão dos gastos públicos. Uma é aumentar a dívida, e essa nós não vamos fazer. Outra é cortar gastos e é onde estamos trabalhando. A terceira é o aumento de impostos, com a qual não estamos trabalhando agora. No entanto, como o ajuste é de longo prazo, não se pode descartar totalmente essa última alternativa — explicou Parente.

Gestão dos recursos ficaria a cargo do Fundo Monetário

O programa de ajuste fiscal seria a condição para que os países do G-7 viabilizassem os recursos do apoio financeiro para o Brasil. O programa terá que ser considerado sério, técnica e politicamente viável. Essas questões têm sido discutidas nas conversas que Malan vem mantendo com autoridades financeiras internacionais.

Os recursos não constituiriam um fundo, mas um compromisso dos financiadores de colocar o dinheiro à disposição dos países que precisarem dele. A gestão dos recursos ficaria a cargo do FMI, mas ainda não há idéia precisa do montante de recursos. A idéia é que este seja um mecanismo de prevenção de crises. ■

COLABOROU Maria Luiza Abbott